

## Os feminismos através da história<sup>1</sup>

Ana de Miguel

---

Em um sentido amplo, pode se dizer que o feminismo existiu sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto destino sob a dominação do patriarcado e reivindicaram uma situação diferente e uma vida melhor. Aqui se abordará o feminismo de um modo mais específico: os distintos momentos históricos em que as mulheres conseguiram articular, na teoria e na prática, um conjunto coerente de reivindicações e se organizaram para consegui-las.

### 1. FEMINISMO PREMODERNO

- O Renascimento trouxe um novo paradigma humano, o da autonomia, que não se estendeu às mulheres. Mas sem dúvida, o culto renascentista à graça, à beleza, à genialidade e à inteligência teve alguma consequência para as mulheres. A importância da educação gerou numerosos tratados pedagógicos e abriu um debate sobre a natureza e deveres dos sexos.
- Marco para o feminismo, a obra de Christine de Pisan, “A cidade das damas” (1405), ataca o discurso da inferioridade das mulheres e oferece uma alternativa à sua situação.
- Guillermine de Bohemia criou uma igreja de mulheres, participavam mulheres do povo, burguesas e aristocráticas. A seita foi denunciada pela inquisição no começo do século XIV.
- Na França do século XVII, os salões se tornaram um espaço público criador de novas normas e valores sociais. Neles, as mulheres tinham notável presença e protagonizaram o movimento literário e social conhecido como “preciosismo”. Este revitalizou a língua francesa, impôs novos estilos amorosos e estabeleceu normas num campo em que as mulheres raramente haviam decidido.

### 2. FEMINISMO MODERNO

#### a) As raízes iluministas e a Revolução Francesa

Diferentes autoras destacam a obra do filósofo Poulain de la Barre e os movimentos de mulheres durante a Revolução Francesa como dois momentos chave – um teórico, o outro prático – na articulação do feminismo moderno.

O texto de Poulain de la Barre, “Sobre a igualdade dos sexos” (1673) seria a primeira obra feminista que se centra explicitamente em fundamentar a demanda por igualdade sexual.

Para Celia Amorós, o feminismo como corpo coerente de reivindicações e como projeto político capaz de constituir um sujeito revolucionário coletivo, só pode se articular teoricamente a partir de premissas iluministas – que afirmam que todos os homens nascem livres e iguais e, portanto, com os mesmos direitos. A razão iluminista, fundamentalmente crítica, possui a capacidade de voltar-se sobre si mesma e detectar suas próprias contradições. Foi assim que a utilizaram as mulheres da Revolução Francesa ao observarem que o novo Estado revolucionário não encontrava contradição alguma em pregar a igualdade universal e deixar sem direitos civis e políticos todas as mulheres.

---

<sup>1</sup> Resumido e traduzido livremente por Beth Ferreira a partir de DE MIGUEL, Ana. **Los Feminismos a través de la historia**, in “10 palabras claves de feminismo”, Célia Amorós. Disponível em <http://www.nodo50.org/mulheresred>. Acesso em março de 2005.

Na Revolução Francesa aparece tanto o protagonismo das mulheres nas conquistas revolucionárias, como demandas de igualdade sexual. Três meses após a tomada da Bastilha, as parisienses protagonizaram a Marcha para Versalhes, se deslocando até o rei em Paris. Logo formaram clubes de mulheres, dando concretude à sua vontade de participação. Encorajadas por este protagonismo e reconhecimento público, outras mulheres, como Théroigne de Méricourt, não hesitaram em defender e exercer o direito de participar do exército.

Um dos momentos mais lúcidos na tomada de consciência feminista das mulheres está na “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, de 1791, de Olympe de Gouges, uma mulher do povo e de tendências políticas moderadas, que morreu sob a guilhotina. Na Inglaterra, em 1792, Mary Wollstonecraft redigirá a célebre “Reivindicação dos direitos da mulher”.

A mudança em relação aos séculos anteriores significa a passagem do gesto individual para o movimento coletivo: a questão é levada à praça pública e toma a forma de debate democrático; se converte pela primeira vez de forma explícita numa questão política.

A Revolução Francesa, porém, impôs uma amarga derrota ao feminismo. Os clubes de mulheres foram fechados pelos jacobinos em 1793, e em 1794 se proibiu a presença de mulheres em qualquer atividade política. As que se destacaram, qualquer que fosse sua vinculação ideológica, compartilharam o mesmo final: a guilhotina ou o exílio. Qual fora seu crime? Transgrediram as leis da natureza renunciando ao seu destino de mães e esposas, querendo ser "homens de Estado"<sup>2</sup>.

## **b) O movimento sufragista**

O capitalismo alterou as relações entre os sexos. Incorporou as mulheres proletárias ao trabalho industrial (mão de obra mais barata e mais “submissa”) e enclausurou as mulheres burguesas no lar. Estas experimentavam com indignação a condição de propriedade legal de seus maridos e a exclusão da educação e de profissões liberais – o que, por vezes, as conduzia, se não se casassem, à pobreza.

Neste contexto, as mulheres começaram a se organizar para lutar pelo direito ao sufrágio – daí a denominação de *sufragistas*. Mas esta não era sua única reivindicação. Elas lutaram pela igualdade em todos os terrenos. De um ponto de vista estratégico, consideravam que, conseguindo o voto e o acesso ao parlamento, poderiam mudar o resto das leis e instituições. Ademais, o voto era um meio de unir as mulheres de opiniões políticas diferentes. Seu movimento era de caráter interclassista, pois consideravam que todas as mulheres sofriam discriminações semelhantes.

Nos EUA, o movimento sufragista esteve inicialmente vinculado ao abolicionismo. Em 1848, no Estado de Nova York, se aprovou a *Declaração de Seneca Falls*, um dos textos fundacionais do sufragismo. Na Europa, o movimento sufragista inglês foi o mais potente e radical. As sufragistas inglesas foram encarceradas, fizeram greves de fome e algumas morreram defendendo a máxima: "votos para as mulheres".

## **c) O feminismo socialista**

O socialismo como corrente de pensamento sempre considerou a situação das mulheres ao analisar a sociedade e projetar o futuro. Isto não significa que fosse feminista. Os socialistas utópicos foram os primeiros a abordar o tema da mulher. Mas apesar de reconhecer a necessidade de independência econômica das mulheres, não foram suficientemente críticos com a divisão sexual do trabalho. Flora Tristán, para quem "todas as desgraças do mundo provêm do esquecimento e desprezo que até hoje se tem feito dos direitos naturais e imprescritíveis do ser mulher", afirmava que as mulheres "são tudo na vida do operário" – mostrando uma abordagem acrítica da divisão sexual do trabalho.

---

<sup>2</sup> Termo usado na sentença que condenou Olympe de Gouges à guilhotina.

Talvez a contribuição mais específica do socialismo utópico resida na importância que davam à transformação da instituição familiar. Condenavam a dupla moral e consideravam o celibato e o matrimônio indissolúvel como instituições repressoras e causa de injustiça e infelicidade.

#### **d) Socialismo marxista**

Em meados do século XIX o socialismo de inspiração marxista ou "científico" articulou a chamada "questão feminina" em sua teoria geral da história e ofereceu uma nova explicação da origem da opressão das mulheres e uma nova estratégia para sua emancipação. Engels em "A origem da família, da propriedade privada e do Estado" (1884) afirma que a origem da sujeição das mulheres não estaria em causas biológicas, mas na propriedade privada e na exclusão das mulheres da esfera da produção social. Logo, a emancipação das mulheres estaria ligada a seu retorno à produção e à independência econômica. Mas, apesar da teoria, nem todos os socialistas apoiavam a igualdade dos sexos, havendo aqueles para quem a mulher emancipada era tão antipática como o socialismo para os capitalistas.

Por outro lado, o socialismo insistia nas diferenças que separavam as mulheres das diferentes classes sociais. Embora apoiassem taticamente as sufragistas, as consideravam inimigas de classe, que esqueciam a situação das proletárias, provocando a desunião dos movimentos. Além disso, a relativa infra-estrutura das feministas burguesas e a força de sua mensagem influenciava as operárias, levando-as para o seu lado.

Um dilema das mulheres socialistas: Ainda que defendessem que a emancipação das mulheres era impossível no capitalismo, eram conscientes de que para seus camaradas e para a direção do partido a "questão feminina" não era prioritária. De fato, as consideravam mera questão de superestrutura, que automaticamente se resolveria com a socialização dos meios de produção. Isto não impediu as socialistas de se organizarem dentro de seus próprios partidos; reunirem-se para discutir seus problemas específicos; e criarem, apesar da lei lhes proibir afiliar-se a partidos, organizações femininas. O socialismo marxista também criticou a família e a dupla moral, e relacionou a exploração econômica com a exploração sexual da mulher.

#### **e) Movimento anarquista**

O anarquismo não tratou com a mesma precisão teórica a problemática da igualdade entre os sexos. Proudhon manteve tranquilamente posturas anti-igualitárias, afirmando: "De minha parte, posso dizer que, quanto mais penso, menos se explica para mim o destino da mulher fora da família e do lar".

O anarquismo como movimento social contou com inúmeras mulheres que contribuíram na luta por a igualdade. Uma das ideias mais fortes entre as anarquistas – em consonância com seu individualismo – era a de que as mulheres se liberariam graças a sua "própria força" e esforço individual. Para Emma Goldman (1869-1940), pouco vale o acesso ao trabalho assalariado se as mulheres não são capazes de vencer o peso da ideologia tradicional em seu interior. Assim, a ênfase em viver de acordo com as próprias convicções propiciou autênticas revoluções na vida cotidiana de mulheres que, orgulhosas, se autodesignavam "mulheres livres". Sua rebelião contra a hierarquização, a autoridade e o Estado, as levava, por um lado a se oporem às sufragistas, a minimizar a importância do voto e as reformas institucionais; por outro, viam como um perigo enorme o que, a seu juízo, propunham os comunistas: a regulação por parte do Estado da procriação, da educação e do cuidado das crianças.

### **3. NEOFEMINISMO: OS ANOS SESSENTA E SETENTA**

A conquista do voto e as reformas que esta trouxe deixaram relativamente tranquilas as

mulheres; suas demandas haviam sido satisfeitas, viviam em uma sociedade legalmente quase-igualitária e a calma parecia reinar na maioria dos lares. Devia ser uma chama um tanto rarefeita, pois se aproximava um novo despertar deste movimento social. A obra de Simone de Beauvoir – “O segundo sexo” – é a referência fundamental da mudança que se avizinha. Beauvoir constitui um brilhante exemplo de como a teoria feminista supõe uma transformação revolucionária da nossa compreensão da realidade. E não tem que se subvalorizar as dificuldades vividas pelas mulheres para descobrir e expressar os termos de sua opressão na época da "igualdade legal". Esta dificuldade foi retratada pela estadunidense Betty Friedan: o problema das mulheres era o "problema que não tem nome", e o objeto da teoria e prática feministas foi, justamente, o de nomeá-lo.

### **Feminismo liberal**

Betty Friedan contribuiu na criação, em 1966, da Organização Nacional para as Mulheres (NOW), uma das organizações feministas mais poderosas dos Estados Unidos e maior representante do feminismo liberal. Este se caracteriza por definir a situação das mulheres como uma desigualdade – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até atingir a igualdade entre os sexos. As liberais começaram definindo o problema principal das mulheres como sua exclusão da esfera pública, e propõem reformas relacionadas com a inclusão das mesmas no mercado de trabalho. Desde o início tiveram uma seção destinada a formar ou promover as mulheres para ocupar postos públicos. Porém, a influência do feminismo radical empurrou as mais jovens para esquerda e ao final, a NOW acabou abraçando a tese de que o pessoal é político e a organização de grupos de autoconsciência – dois estandartes básicos do feminismo radical e que inicialmente as liberais recusavam. Mais tarde, com o declínio do feminismo radical nos Estados Unidos, o reciclado "feminismo liberal" reassumiu o protagonismo chegando a converter-se na principal voz do feminismo como movimento político.

### **Surgimento do feminismo radical: "feministas políticas" e "feministas"**

Os anos sessenta foram de intensa agitação política. As contradições do sistema capitalista motivaram a formação da chamada Nova Esquerda e de diversos movimentos sociais radicais como o estudantil, o antirracista, o pacifista e, claro, o feminista. A característica distintiva deles foi seu marcado caráter contracultural: não lhes interessava a política reformista dos grandes partidos, mas forjar novas formas de vida – e um “novo homem”. Como sempre, as mulheres era presença ativa nesses movimentos.

Em parte, a origem do Movimento de Liberação da Mulher se deve à insatisfação com o papel que as mulheres desempenhavam nesses movimentos: escrever à máquina os discursos dos homens, fazer café e não política, auxiliar os homens, cuja política, supostamente, substituiria a velha ordem. Mas, uma vez que o homem novo não surgia, a mulher nova começou a reunir-se por sua conta e a se organizar de forma autônoma, separada dos homens. Criam o Movimento de Liberação da Mulher.

Porém, apesar de todas concordarem com a necessidade de separar-se dos homens, discordavam a respeito da natureza e finalidade da separação. Assim se produziu a primeira grande cisão dentro do feminismo radical: a que dividiu as feministas em "políticas" e "feministas". No início todas participavam do feminismo radical por sua posição antissistema e por quererem distanciar-se do feminismo liberal, mas suas diferenças são uma referência fundamental para entender o feminismo da época.

Para as "políticas", a opressão das mulheres deriva do capitalismo ou do Sistema, por isso os grupos de liberação deviam permanecer conectados e comprometidos com o Movimento [geral]; consideravam o feminismo um ala mais à esquerda. Devem-se a elas, à sua experiência e suas conexões, muito dos êxitos organizativos do feminismo, mas também traziam consigo

sua servidão ideológica. As "feministas" se manifestavam contra a subordinação à esquerda, já que identificavam os homens como os beneficiários de sua dominação. Não eram anti-esquerda, mas críticas do seu sexismo e sua interpretação do feminismo como mera questão periférica ou contra-revolucionário. A lógica do debate era: as "feministas" tentavam convencer as "políticas" que a opressão das mulheres não é somente uma consequência do Sistema, mas um sistema específico de dominação em que a mulher é definida em termo do homem; as "políticas" viam os homens como vítimas do sistema e se recusavam o enfrentamento com eles. Além disso, tinham medo de que os companheiros homens, depositários do poder simbólico de dar ou retirar denominações de origem "progressista", interpretassem um movimento só de mulheres como reacionário ou liberal.

De fato, na hora de buscar uma denominação, o termo "feminista" foi inicialmente repudiado por algumas radicais, pois o associavam com o movimento sufragista, o qual depreciavam como burguês e reformista. Sulamith Firestone, teórica e líder de vários grupos radicais, foi a primeira em atrever-se a reivindicar o sufragismo afirmando que este era um movimento radical e que "sua história tinha sido enterrada por razões políticas". Finalmente chegou a separação, e o nome de feminismo radical passou a designar unicamente aos grupos e as posições teóricas das "feministas".

### **Feminismo radical**

O feminismo radical norteamericano se desenvolver entre 1967 e 1975 e, apesar da heterogeneidade teórica e prática dos grupos em que se organizou, parte de alguns delineamentos comuns.

Fundamentos teóricos: "Política sexual" de Kate Millet e "A dialética da sexualidade" de Sulamith Firestone, publicadas em 1970. Armadas das ferramentas teóricas do marxismo, da psicanálise e do anticolonialismo, estas obras cunharam conceitos fundamentais para a análise feminista, como o conceito de patriarcado, gênero e casta sexual. As radicais identificaram como centros da dominação patriarcal as esferas da vida que até então se consideravam "privadas". A elas deve-se o mérito de ter revolucionado a teoria política ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade e o sintetizaram em um slogan: "o pessoal é político". Consideravam que todos os homens e não só uma elite, recebem benefícios econômicos, sexuais e psicológicos do sistema patriarcal, mas em geral acentuavam a dimensão psicológica da opressão.

Uma significativa contribuição do feminismo radical foi a organização em grupos de autoconsciência, cujo propósito era "despertar a consciência latente que... todas as mulheres têm sobre nossa opressão", para propiciar "a reinterpretação política da própria vida" e estabelecer as bases para sua transformação. Também se pretendia que as mulheres dos grupos se tornassem especialistas da sua opressão, construindo teoria a partir da experiência pessoal e não do filtro de ideologias prévias. Nem todos os grupos radicais apreciavam esta estratégia. Alguns consideravam que a autoconsciência tinha a capacidade de organizar um grande número de mulheres "para nada". Houve acalorados debates internos, e finalmente autoconsciência e ativismo se configuraram como opções opostas.

O ativismo das radicais foi espetacular: pela multidão que reuniam as manifestações e marchas de mulheres; pelos atos de protesto e sabotagem evidenciando o caráter de objeto e mercadoria da mulher no patriarcado. Também criaram centros alternativos de ajuda e autoajuda; desenvolveram uma saúde e uma ginecologia não patriarcais, animando as mulheres a conhecer o próprio corpo; fundaram abrigos para mulheres maltratadas, centros de defesa pessoal e muitas ações semelhantes.

Outra característica comum dos grupos radicais foi o exigente impulso igualitarista e anti-hierárquico: nenhuma mulher está acima de outra. Na realidade, as líderes eram mal vistas, e uma preocupação constante era por regras que evitassem o domínio das mais dotadas ou preparadas. Esta forma de entender a igualdade trouxe muitos problemas aos grupos: um dos quais foi na admissão de novas militantes. As novas tinham que aceitar a linha ideológica e estratégica do grupo, mas uma vez dentro, podiam questionar o manifesto fundacional. O resultado era um estado de permanente debate interno, enriquecedor para as novas, mas tremendamente cansativo para as veteranas.

O igualitarismo levava a que mulheres sem qualquer experiência política e recém-chegadas ao feminismo pudessem criticar duramente por "elitista" uma líder com a experiência militante e a potência teórica de Sulamith Firestone. Em muitos casos, algumas líderes foram expulsas dos grupos que haviam fundado. Jo Freeman refletiu esta experiência em "A tirania da falta de estruturas". As discordâncias internas, mais o lógico desgaste de um movimento com estas características, levou, em meados dos anos setenta, ao fim do ativismo do feminismo radical.

### **Feminismo e socialismo: a nova aliança**

Numerosas obras da década de setenta declaram ter a intenção de conciliar teoricamente feminismo e socialismo, defendendo a complementariedade de suas análises. Entre muitas, Sheyla Rowbotham, Roberta Hamilton, Zilah Eisenstein e Juliet Mitchell. As feministas socialistas chegaram a reconhecer que as categorias analíticas do marxismo são "cegas ao sexo" e que a "questão feminina" nunca foi a "questão feminista", mas também consideravam que o feminismo é cego para a história e para as experiências das mulheres trabalhadoras, emigrantes ou "não bancas". Daí que seguiam buscando uma aliança mais progressiva entre as análises de classe, gênero e raça. Mas nesta renovada aliança, o gênero e o patriarcado são as categorias que vertebram suas análises da totalidade social.

### **Feminismos da diferença**

Segundo alguns estudos, o feminismo radical estadunidense teria evoluído para a um novo tipo de feminismo, o cultural, passando de uma concepção construtivista do gênero, para uma concepção essencialista. Enquanto o feminismo radical – e o feminismo socialista e o liberal – lutava pela superação dos gêneros, o feminismo cultural parece afiançar-se na diferença.

#### **- *Feminismo cultural***

O feminismo cultural engloba distintas correntes que igualam a liberação das mulheres com o desenvolvimento e a preservação de uma contracultura feminina: viver em um mundo de mulheres para mulheres. Exalta o "princípio feminino" e seus valores e desqualifica o "masculino". Os homens representam a cultura, as mulheres a natureza. Ser natureza e poder ser mãe comporta qualidades positivas, sendo exclusiva das mulheres salvação do planeta, já que são moralmente superiores aos homens. A sexualidade masculina seria agressiva e letal, a feminina difusa, terna e orientada para as relações interpessoais. A opressão da mulher se originaria da supressão da essência feminina. Condena a heterossexualidade por sua convivência com o mundo masculino e acode ao lesbianismo como única alternativa de não contaminação.

#### **- *Feminismo francês da diferença***

O feminismo francês da diferença parte da constatação da mulher como o "absolutamente outro". Se apoiando na psicanálise, utiliza a exploração do inconsciente como meio privilegiado de reconstrução de uma identidade própria, exclusivamente feminina. Criticava o feminismo igualitário por considera-lo reformista, assemelhar as mulheres aos homens e não sair do paradigma de dominação masculina. Suas partidárias se opunham frontalmente com o "feminismo", inclusive recorrendo aos tribunais reivindicando seu caráter de legítimas representantes do movimento de liberação da mulher.

### **- *Feminismo italiano da diferença***

Influenciadas pelas francesas sobre a necessidade de uma identidade própria e a experiência dos grupos de autoconsciência das estadunidenses, as italianas discordavam das posições majoritárias do feminismo italiano. Sobre a lei do aborto, defendiam a despenalização frente à legalização; e se opunham à proposta de lei sobre a violência sexual, que defendia que a violação pudesse ser perseguida legalmente, mesmo contra a vontade da vítima. Entendiam que a lei do homem nunca é neutra, e a ideia de resolver através de leis e reformas a situação das mulheres é descabida. Criticam o feminismo reivindicativo de vitimista e de não respeitar a diversidade da experiência das mulheres.

## **4. ÚLTIMAS TENDÊNCIAS**

Após a efervescência política dos anos setenta, a década de oitenta parece especialmente conservadora, com o triunfo de líderes ultraconservadores, um certo esgotamento das ideologias surgidas século XIX e a derrubada dos Estados socialistas, que deram passagem aos profetas do fim dos conflitos sociais e da história. Neste contexto, pode-se falar de um declínio do feminismo contemporâneo? A resposta é não! Embora a era dos gestos grandiloquentes e manifestações massivas parecesse chegar ao fim, deixou atrás de si novas formas de organização política feminina, uma maior visibilidade das mulheres e de seus problemas na esfera pública e animados debates entre as próprias feministas e entre estas e outros interlocutores. Noutras palavras, a morte, ao menos aparente, do feminismo como movimento social organizado não implicava nem a desaparecimento das feministas como agentes políticos, nem do feminismo como um conjunto de práticas discursivas contestadas, mas sempre em desenvolvimento.

Efetivamente, o feminismo não desapareceu, mas tem conhecido profundas transformações, nas quais têm influído tanto os êxitos alcançados – se considerarmos o que foi o passado e o que é presente das mulheres – como a profunda consciência do que há por fazer. À parte do trabalho dos grupos feministas de base, que seguem sua contínua tarefa de conscientização, reflexão e ativismo, tem tomado progressivamente força [nas décadas de 1990 e 2000] o chamado feminismo institucional, que assume diferentes formas em distintos países: pactos interclassistas entre mulheres e a formação de lobbies ou grupos de pressão; criação de ministérios ou órgãos interministeriais da mulher. Apesar das diferenças, os feminismos institucionais têm algo em comum: o abandono da aposta em situar-se fora do sistema e por não aceitar somente mudanças radicais. Nesse contexto também se destaca a proliferação nas universidades de centros de estudos feministas. Na década de oitenta, a teoria feminista não só mostrou uma vitalidade impressionante, mas também conseguiu dar à sua interpretação da realidade um status acadêmico.

Para terminar, faz-se referência ao problema do sujeito da luta feminista. Vem se usando o termo "feminismo de terceira onda" para referir-se ao feminismo a partir dos anos oitenta, que se centra no tema da diversidade das mulheres. Este feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria mulher e se centra nas implicações práticas e teóricas da diversidade de situações das mulheres. Diversidade que afeta as variáveis que interagem com a de gênero, como o país, a raça, a etnicidade e a preferência sexual. Neste aspecto, tem sido notável a contribuição das mulheres negras.